

O cartório e a memória medieval do Mosteiro de São Salvador de Grijó: as linhas de investigação

ANA CATARINA SOARES

Universidade do Porto

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a6>

Sumário

Independentemente do seu objetivo de garantir o correto exercício das suas funções de gestão e administração, o arquivo de uma instituição é o local por excelência para a preservação da escrita. Preservação essa que dá origem à construção de uma memória. Assim, questionamos como é que o Mosteiro de S. Salvador de Grijó utilizou o seu arquivo para gerir e administrar os seus bens e para construir a sua memória, sabendo que a memória conhece um instrumento fulcral para a sua preservação, que é a escrita. Porque é que o Mosteiro de São Salvador de Grijó conservou os seus diplomas durante a Idade Média? Não dispomos de inventários do arquivo medieval de Grijó, mas existem registos de cópias que nos ajudam a responder a esta questão, nomeadamente o cartulário de Baio-Ferrado, redigido no mosteiro no século XII, e o Livro Preto de Grijó, elaborado na Chancelaria Real em 1452. Estes exemplares são uma consequência das suas relações com o poder régio, servindo não só como ferramentas de gestão, mas também como instrumentos de construção da memória escrita da instituição.

Palavras-chave: Arquivo; Mosteiro de Grijó; Diplomática Medieval; Documentação régia.

Abstract

Regardless of its objective of guaranteeing the correct exercise of its management and administrative functions, an institution's archive is the place of excellence for the preservation of writing. The preservation results in the construction of a memory. Therefore, we question how the Monastery of S. Salvador de Grijó used its archives to manage and administer its assets and to build its memory, knowing that memory has a key instrument for its preservation, which is writing. Why did the Monastery of Grijó

kept its diplomas during the Middle Ages? We don't have any inventories of the medieval archives of Grijó, but there are records of copies that help us answer this question, namely the Baio-Ferrado cartulary, drawn up in the monastery in the 12th century, and the Livro Preto de Grijó, drawn up in the Royal Chancery in 1452. These copies are a consequence of their relationship with the royal power, serving not only as management tools but also as instruments for building the institution's written memory.

Keywords: Archive; Monastery of Grijó; Medieval Diplomats; Royal documents.

1. Tema

O texto que agora trazemos a público distancia-se ligeiramente daquele que foi apresentado no *XV Workshop de Estudos Medievais* em abril de 2023. A investigação amadureceu e ficou concluída na Dissertação de Mestrado intitulada “O cartório e a memória do Mosteiro de São Salvador de Grijó (1128-1452). O caso dos documentos régios”. Deste modo, pareceu-nos mais útil dar a conhecer os traços gerais do que está incluído na dissertação anteriormente mencionada, sem descorar os principais pontos abordados no WEM.

O estudo da memória do Mosteiro de São Salvador de Grijó através do seu arquivo: foi este o propósito da investigação. É o nosso intuito aferir a existência de uma dupla finalidade dentro do arquivo grijoense: primeira, a da utilidade pragmática dos documentos que acolhe e, depois, a construção da memória através desses mesmos documentos. No fundo, procuramos olhar para o documento e a sua preservação como uma forma de servir a construção de uma imagem de uma determinada instituição, seja de forma consciente ou inconsciente.

2. Historiografia

O estudo dos arquivos é um assunto em crescimento dentro da ciência Diplomática, na medida em que questiona o documento para lá do que se encontra escrito nele. Esta nova linha de investigação ambiciona perceber a relação do documento com o espaço onde foi, ou não, conservado ao longo do tempo. Esta nova abordagem é caracterizada por Pierre Chastang como “*l'exercice critique, qui accompagne le travail de l'historien, ne consiste plus simplement à trier le bon grain de l'ivraie,*

à séparer le vrai du faux, mais à comprendre ce que la production et la conservation du texte – conçu comme un objet et un ensemble de signes – nous apprennent de la société Médiévale”¹.

Na historiografia internacional, a partir do final do século XX, a Diplomática tem, gradualmente, adaptado o seu primeiro objetivo de *discriminem veria ac falsi* e saído da escola metódica, para dar origem a uma Diplomática interpretativa, que coloca o documento em direta relação com o indivíduo que o realiza, guarda ou destrói. Estas correntes historiográficas deram o seu impulso com uma mão cheia de historiadores, cujo trabalho é significativo. Elencamos os nomes de Julio Escalona Monge², Laurent Morelle³, Miguel Calleja Puerta⁴, Olivier Guyotjeannin⁵, Pierre Chastang⁶ e Sébastien Barret⁷. No que diz respeito ao cenário nacional, o cenário mostra-se cada vez mais

-
- 1 Pierre Chastang, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation Médiévale* 49, n° 193 (2006): 22.
 - 2 Julio Escalona Monge, “Antes de los cartularios: gestión de archivos y transmisión de los documentos de la Castilla condal (siglo IX-1038”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 131–151.
 - 3 Laurent Morelle, “Usages et gestion de l’écrit documentaire (Occident, vie-xiiie siècle): quelques considérations sur l’acte écrit”, in *L’autorité de l’écrit au Moyen Âge (Orient-Occident)* (Paris: Éditions de la Sorbonne, 2009), 117–126. Laurent Morelle, “Comment inspirer confiance? Quelques remarques sur l’autorité des cartulaires”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 153–163.
 - 4 Miguel Calleja Puerta, “Cartularios y construcción de la memoria monástica en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII”, in *Les cartulaires médiévaux: écrire et conserver la mémoire du pouvoir, le pouvoir de la mémoire*, ed. Véronique Lamazou-Duplan, Eloïsa Ramírez Vaquero (Pau: Presses de l’Université de Pau et des Pays de l’Adour, 2013), 187–197.
 - 5 Olivier Guyotjeannin, Yann Potin, “Le fabrique de la perpétuité. Le Trésor des chartes et les archives du Royaume (XIII-XIX siècle)”, *Reveu de Synthèse* 125 (2004): 15-44.
 - 6 Pierre Chastang, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation Médiévale* 49, n° 193 (2006): 21-31.
 - 7 Sébastien Barret, “La mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (X-XVIII siècle)”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* 13 (2009); Sébastien Barret, “Les actes écrits comme instruments de pouvoir: la contribution des formulaires”, in *Chartes et cartulaires comme instruments de pouvoir: Espagne et Occident chrétien (VIIIe-XIIe siècles)*, ed. Julio Escalona Monge, Hélène Sirantoine (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2013), 87–99.

promissor, graças aos trabalhos realizados recentemente por António Guerra⁸, Filipa Roldão⁹, Maria João Silva¹⁰ e Saul António Gomes¹¹.

3. Metodologia

Como concretizámos, então, o objetivo exposto? Através de dois princípios enunciados por Sébastien Barret. O primeiro princípio consiste em “*mettant en œuvre autant que faire se peut les méthodes éprouvées de la diplomatique, de la paléographie et de la codicologie*”¹², segundo o qual recorreremos à tradição documental e à génese e a características internas e externas dos documentos. A relação deste primeiro princípio com o segundo, a “*sociologie des institutions*”¹³, é fundamental para perceber o percurso e os gestos de preservação da documentação ao longo dos séculos, sem esquecer que “o documento é sempre obra humana”¹⁴. É a partir daqui que conseguimos traçar uma possível interpretação da transmissão e a construção da memória da instituição que pedia, recebia e guardava documentos.

-
- 8 António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003). Isaías da Rosa Pereira, António Ribeiro Guerra, “La conservation des chartes dans les archives privées au Portugal (Xe-XIe siècles)”, *Scriptorium* 50 (1996): 390–396.
- 9 Filipa Roldão, “A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011); Filipa Roldão, “La culture écrite et les pouvoirs urbains: Les archives d’une ville portugaise au XVe siècle: le cas d’Évora”, in *La ville médiévale en débat*, ed. Amélia Aguiar Andrade, Adelaide Millán da Costa (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013), 157–166.
- 10 Maria João Oliveira e Silva, “Os arquivos monásticos e a memória da Sé: o caso do Porto na Idade Média”, in *Monasticon: História e Memória*, ed. Maria Alegria Marques, Luís Carlos Amaral (Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2012), 15–22.
- 11 Saul António Gomes, “O “Inventário das Escrituras” do Convento de São Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da praxis arquivística medieval portuguesa”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 3 (2003): 263-292; Saul António Gomes, “Donationes custodiantur: donationes serventur - da memória e praxis arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça em tempos medievais”, *Humanitas* 57 (2005): 245-270; Saul António Gomes, *In Limine Conscriptiois. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)* (Viseu: Palimage Editores; Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007).
- 12 Sébastien Barret, “La mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (X-XVIII siècle)”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* 13 (2009): 2.
- 13 *Ibidem*.
- 14 Joaquim Veríssimo Serrão, *História e o Conhecimento Histórico*, 2ª ed. (Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2022): 77.

4. Fontes

O estudo do cartório do mosteiro passou pela análise de dois códices que marcaram a sua história. Falamos do *Baio-Ferrado*¹⁵ e do *Livro Preto de Grijó*¹⁶, compilações cuja data de produção e entidade produtora diferem entre si, transmitindo visões distintas do cartório do Mosteiro de Grijó.

O *Baio-Ferrado* foi produzido no *scriptorium* do Mosteiro de Grijó e apresenta duas fases de redação. A primeira fase de compilação (1160-1190) é determinada pela tipologia documental e pelo outorgante, organizada de acordo com o seu prestígio. Já a segunda fase (1190-1264) não apresenta uma organização prévia, caracterizando-se por responder a uma exigência de documentos encontrados ou que acabavam de chegar ao cartório monástico.

O *Livro Preto de Grijó* foi produzido a pedido do mosteiro a D. Afonso V. Corresponde a uma coleção de cópias autênticas de doações e de privilégios régios outorgados ao Mosteiro de Grijó, assim como diplomas destinados a outras entidades, mas que se relacionam com a sua gestão patrimonial e administrativa.

São estas duas fontes que determinaram a cronologia em estudo, mas não nos focámos apenas nas datas de produção do *corpus* documental anteriormente mencionado, uma vez que analisámos cada diploma inserto no mesmo. Deste modo, iniciámos em 1128, correspondendo à data do primeiro documento régio conhecido a ser outorgado ao Mosteiro de Grijó: a doação da carta de couto por D. Teresa; e terminámos em 1452, correspondendo ao ano em que é concluído o *Livro Preto de Grijó*, dado que é uma pública-forma realizada no círculo régio, o que faz com que este seja, só por si, considerado uma confirmação original.

Além do mais, o facto do *Livro Preto de Grijó* ter sido produzido no circuito régio direccionou este estudo para a natureza da documentação compilada no códice: a documentação régia, com uma salvaguarda de que foi apenas tida em conta a documentação que beneficiava diretamente o cenóbio.

É certo que para o estudo da tradição documental, tornou-se indispensável conhecer todos os processos escritos pelo qual o documento passou: original, cópia, confirmação ou menção. Assim, para além das fontes anteriormente mencionadas,

15 Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 50 (*Baio-Ferrado*).

16 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 49 (*Livro Preto de Grijó*).

consultámos ainda as *Chancelarias Régias* até ao ano de 1452¹⁷; as *Inquirições*, em particular as de D. Afonso II e de D. Afonso III¹⁸; as *Gavetas da Torre do Tombo*¹⁹; o *Tombo de Doações e mais Títulos dos bens do Mosteiro de Grijó*²⁰; a *Jurisdicção Secular e Privilégios dos Reis*²¹; o *Tombo de todas as propriedades, rendas e foros do Mosteiro de Grijó*²² e o *Livro Grande*²³.

Coube-nos olhar também para outras fontes que, não obstante se distanciarem da cronologia, foram fundamentais para perceber quais são os documentos régios que perduraram ou não durante a Idade Média. Falamos da *Crónica de São Salvador de Grijó*²⁴, de D. Marcos da Cruz, obra historiográfica fundamental para conhecer quais os diplomas que ainda existiam no cartório monástico e quais eram as práticas de preservação existentes no século XVII. É certo que não podemos referir com certeza que as práticas de preservação descritas na crónica sejam praticadas no período medieval. Todavia, graças aos estudos de António Guerra, sabemos que estes eram *gestos* de preservação que existiam também no período medieval para outras instituições. Por isso, esta fonte serve para levantar algumas hipóteses sobre os documentos avulsos que poderiam existir no cartório e sobre quais poderiam ser as práticas preservação no cartório do Mosteiro de Grijó, durante o período medieval.

5. Estrutura definitiva

Expomos aqui a estrutura definitiva da Dissertação defendida. O primeiro capítulo diz respeito ao estudo da tradição dos diplomas estudados e à relação entre o arquivo do Mosteiro de Grijó e o arquivo régio. O segundo ponto foca-se nas marcas de destruição e de preservação deixadas nos documentos por parte do cenóbio. O

17 ANTT, Chancelaria de D. Afonso II, *Registo da Chancelaria de Afonso II*, fl. 46v, 63-64; *Livro Novo de Afonso II*, fl. 43-44, 59v. *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 8, 47v-48. *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 6. *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro 4, fl. 36. *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 6-7, 32, 110v-111. *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fl. 137; Livro 2, fl. 80. *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fl. 76-76v, 182v, 183; Livro 2, fl. 11-11v, 92v, 99. *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 55. *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 1, fl. 35v; Livro 11, fl. 45v; Livro 34, fl. 191.

18 ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 1, fl. 118v. Inquirições de D. Afonso III, liv. 1, fl. 4v-5v, 12v-14v, 22-26, 33-39.

19 ANTT, Gavetas, Gav. 1, mç. 7, nº 20. Gav. 8, mç. 2, nº 9, nº 11; mç. 3, nº 7; mç. 4, nº 10, nº 12; mç. 6, nº 9.

20 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 45.

21 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 46.

22 Arquivo Distrital do Porto (ADP), Convento de São Salvador de Grijó, *Tombo de todas as propriedades, rendas e foros do Mosteiro de Grijó*, fls. 1-2.

23 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Livro Grande*, fl. 24.

24 ANTT, Mosteiro de São Salvador de Grijó, liv. 40 (*Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, por D. Marcos da Cruz*).

último capítulo insere uma conceptualização sobre a dupla funcionalidade do arquivo grijoense, que passava por guardar os documentos que detinham uma utilidade imediata para o quotidiano da vida administrativa e, em simultâneo, que construía uma memória.

Importa notar um breve apontamento: a dupla funcionalidade do arquivo mostra a sacralidade da escrita para os cónegos do Mosteiro de São Salvador de Grijó, enquanto forma de conceber a sua memória. Uma memória concebida para facilitar a gestão do seu património, tornando-se uma forma de assegurar os seus direitos e privilégios. Uma memória construída, mas que não deixa de ser baseada na antiguidade e riqueza jurisdicional da instituição, muitas vezes reconhecida pelo poder régio, quer pelo peso e importância das doações e privilégios, quer pelas confirmações, que projetavam pelos séculos a fama atribuída e reconhecida pelos monarcas anteriores. Uma memória que utiliza os diplomas para demarcar a sua independência perante os demais poderes, senhoriais religiosos ou laicos, que ameaçavam a sua autoridade dentro do território que lhes tinha sido agraciado e que lhes estava incumbido de administrar e preservar. Uma memória que se conservou através dos diplomas guardados no seu arquivo e da escrita.

Deste modo, a estrutura final assume-se da seguinte forma:

Introdução

1. O cartório do Mosteiro de Grijó: os diplomas régios e a sua tradição medieval

1.1. Primeira Fase (1128-1325)

1.2. Segunda Fase (1325-1452)

1.3. O arquivo da Torre do Tombo e o Livro Preto de Grijó

2. Entre os acidentes e a intenção: as marcas da destruição e os gestos da preservação no cartório do Mosteiro de Grijó

2.1. A forma como a história do Mosteiro deixou a sua marca de destruição

2.2. Os gestos de preservação

3. A construção da memória através do arquivo

3.1. A utilidade imediata

3.2. A projeção da memória

Conclusão